



Aprovados R\$ 38,5 milhões do BID para ação anticorrupção

Empréstimo do governo autorizado pelo Plenário do Senado complementa programa da CGU que terá orçamento total de R\$ 64,2 milhões

O Plenário do Senado aprovou a autorização para que a União obtenha empréstimo de US\$ 18 milhões (cerca de R\$ 38,5 milhões) junto ao Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine), que terá

outros R\$ 25,7 milhões do governo federal. O Proprevine aumenta a capacidade institucional da Controladoria-Geral da União (CGU) no combate ao desvio de recursos públicos. **5**

Para economista, país não crescerá muito nos próximos anos



Lindbergh Farias (E) preside audiência pública em que o economista Marcos Lisboa expôs ceticismo em relação a mudança no ritmo de crescimento do país

Convidado pela CAE para debater os rumos da política econômica, Marcos Lisboa vê indicadores de produtividade frágeis e dificuldade para a retomada consistente do crescimento. Durante a audiência, senadores concordaram sobre a necessidade de medidas estruturantes em lugar da concessão de incentivos fiscais que vem sendo adotada pelo governo. **4**

Incentivo para cosméticos amazônicos vai a exame final

Comissão de Meio Ambiente aprovou ontem proposta que pretende estimular indústrias de cosméticos

da região amazônica com verba para pesquisa e isenção de PIS-Pasep e Cofins, além de inibir imitações. **8**



Matéria-prima da Amazônia deve compor pelo menos 10% do custo da fórmula



Integrantes da Comissão de Educação e Cultura analisam projeto em sessão presidida pela senadora Ana Amélia (D)

Data estimula doação de cordão umbilical

Segue para votação na Câmara dos Deputados projeto do Senado que estabelece 8 de outubro como Dia Nacional da Doação de Cordão Umbilical. O objetivo é

estimular a prática para compensar, com o aumento de doadores, o baixo número de transplantes de medula óssea atualmente feitos no país. **7**

Sessão do Congresso hoje fará leitura de 150 vetos presidenciais **2**

Sistema prisional precisa de reforma para recuperar preso, dizem debatedores **3**

Denúncia de fraude suspende votação de concessão de rádio no RS **6**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Lei 12.810/2013

MAIS CRÉDITO PARA SUA REGIÃO

O Congresso aprovou a Lei 12.810/2013, que permite aos estados e municípios renegociar e parcelar suas dívidas com a Previdência Social. Isso contribui para o desenvolvimento de sua região.

Governadores e prefeitos têm até o dia 30 de agosto de 2013 para repactuar as dívidas previdenciárias.

saiba mais em:
www.senado.leg.br



Congresso se reúne hoje para leitura de 150 vetos

Recusa de projeto sobre utilização de videoconferência em interrogatório será o primeiro item da sessão

O CONGRESSO NACIONAL fará sessão hoje para leitura de 150 vetos do Executivo feitos durante o ano de 2009 em 12 projetos aprovados pelo Legislativo. Estão prontos para entrar na ordem do dia do Congresso 57 vetos totais e 3.115 vetos parciais, além de 225 projetos para votação.

O primeiro veto a ser lido hoje se refere à utilização da videoconferência como regra no interrogatório de réus. O projeto mudava o Código de Processo Penal e foi totalmente recusado. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva argumentou que já estava promulgada a Lei 11.900/2009, sobre uso da videoconferência não somente para interrogatório do acusado, mas também em outros atos processuais.

O governo alegou que, ao contrário do projeto enviado à



Renan: Congresso deve declarar prejudicados mais de 1.500 vetos antigos

sanção, a norma promulgada permitiria a videoconferência em caráter excepcional e mediante decisão judicial. O Executivo argumentou ainda que a Lei 11.900/2009 também assegura ao réu preso o direito de acompanhar, pelo mesmo sistema tecnológico, todos os atos da audiência que antecedem o interrogatório, resguardando o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Pauta

NA ORDEM DO DIA DO CONGRESSO NACIONAL
 150 vetos em 12 projetos aprovados
PRONTOS PARA ENTRAR NA ORDEM DO DIA
 57 vetos totais
 3.115 vetos parciais
 225 projetos para votação

Partilha dos royalties deu origem a polêmica

A questão dos vetos não votados pelo Congresso Nacional ganhou destaque, no ano passado, com a polêmica envolvendo a nova partilha dos royalties do petróleo estabelecida pela Lei 12.734/2012. A presidente Dilma Rousseff

vetou a aplicação dos novos critérios aos contratos já firmados, mas, em março deste ano, o Congresso derrubou o veto. O Supremo Tribunal Federal ainda decidirá o mérito de ação que pede a suspensão dos efeitos da lei.

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, o Congresso também deve declarar a prejudicialidade de vetos antigos. Estima-se que mais da metade dos 3 mil vetos acumulados esteja nessa situação.

Falta de acordo transfere votação da LDO

A votação do relatório preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013) foi transferida para a próxima terça-feira. O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Lobão Filho (PMDB-MA), disse que uma semana deve ser suficiente para que deputados e senadores entrem num acordo sobre o texto.

O relator da LDO, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), disse que o texto foi apresentado a todos os líderes e incorpora sugestões feitas por emendas, sem tratar de regras do Orçamento em si, que devem ser discutidas no relatório final.

Forte disse que o PT vem tentando escolher um nome de articulação com o governo

e, na falta dele, não tem havido, na CMO, negociação sobre os textos que são de interesse do Executivo.

Além da LDO, uma medida provisória (MP 611/2013) e dois projetos de lei (PLNs 3/2013 e 4/2013) que liberam créditos aguardam votação.

O líder do PSDB na comissão,

deputado Domingos Sávio (MG), disse que, apesar da promessa de que os vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos do Congresso seriam analisados, nenhum foi posto em votação depois dos royalties e a questão pode impedir as votações da CMO.

(Da Agência Câmara)



Deputado Danilo Forte e senador Lobão Filho, na CMO: expectativa de consenso

Problema em rede deixa rádio fora do ar

A Rádio Senado via satélite digital (sistema Radiosat) esteve fora do ar na segunda-feira das 18h10 às 19h50 devido a problemas nos transponders (transmissores/

antenas) do satélite C1, que impediram a recepção do sinal da emissora em todo o Brasil. O problema afetou outras emissoras de rádio e televisão em várias regiões. Com

o problema solucionado, a Rádio Senado voltou a operar normalmente, transmitindo em FM para Brasília, Natal, Teresina, Cuiabá, Fortaleza, Rio Branco e Manaus.

Frente quer que educação básica seja federalizada

O lançamento da Frente Parlamentar pela Federalização da Educação Básica foi anunciado por Cristovam Buarque (PDT-DF). O movimento quer tornar federais as mais de 156 mil escolas públicas de educação básica do país, para elevar o padrão de ensino.

Os parlamentares — até o momento 34 senadores e 17 deputados — pretendem criar uma carreira única nacional de magistério, com o pagamento de um salário mínimo de R\$9 mil. Cristovam disse que a ideia é implementar o sistema

em 20 anos, sendo 300 cidades a cada ano, atendendo cerca de 3 milhões de alunos.

— O país gasta 4% do PIB com educação básica. O custo total da federalização seria de 6,4% do PIB. Ou seja, um aumento pequeno, diluído em 20 anos — afirmou.

Segundo ele, o custo seria inferior ao previsto no novo Plano Nacional de Educação (10% do PIB).



Pedro Franco/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h A medida provisória (MP 606/2013) que facilita a concessão de seguro para exportação de aviões continua trancando a pauta de votações.

PRESIDÊNCIA Minha Casa, Minha Vida

11h Anúncio de linha de financiamento para beneficiários do Minha Casa, Minha Vida; às 12h, sessão do Congresso; às 16h, preside a ordem do dia; às 19h, recebe o presidente do Parlasul, deputado Newton Lima.

CONGRESSO Vetos

12h Sessão do Congresso Nacional destinada à leitura de vetos presidenciais, no Plenário da Câmara.

C1 Presidente do Ibama

7h30 O presidente do Ibama, Volney Zinardi Júnior, participa de audiência sobre a atuação do instituto em obras de infraestrutura, em especial as do Dnit.

CAS Lei Geral das Religiões

9h O projeto da Lei Geral das Religiões é o primeiro item da pauta. Depois, os senadores sabatinam Ivo Bucarecky, indicado para o cargo de diretor da Anvisa.

CDR Megaeventos

9h Debate sobre impactos e legado de megaeventos (Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo, Olimpíadas e Paraolimpíadas).

CCJ Ministério Público

9h Indicação de Jarbas Soares e Cláudio do Rego para o Conselho do Ministério Público. Depois, projeto que obriga entidades e órgãos a divulgar remuneração de servidores.

CE Institutos federais

10h Problemas enfrentados pelos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia em debate.

SEMINÁRIO América Latina

9h/19h30 3º Seminário Internacional Estudos Legislativos, com o tema "Os desafios da consolidação democrática na América Latina", no Auditório do Interlegis.

RIO SÃO FRANCISCO Transposição

14h Comissão Externa para Acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco se reúne para votação de requerimento.

CAS/CE Prevenção às drogas

14h30 Audiência debate o Programa de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas com o secretário nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Vitore Maximiano.

MERCOSUL Carros elétricos

14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul se reúne para examinar, entre outros itens, isenção de IPI para carros movidos a energia elétrica.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, **audiência da Comissão de Infraestrutura**; e, às 9h, **reunião da Comissão de Assuntos Sociais**. Às 12h, **sessão do Congresso Nacional**. Às 14h, a **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Em audiência na comissão temporária que analisa projeto de reforma do Código Penal, especialistas alertam para superlotação dos presídios e desatualização dos métodos

Sistema prisional atual não recupera os detentos, segundo debatedores

A RECUPERAÇÃO E a reinserção social dos presos no Brasil são praticamente impossíveis devido à superlotação dos presídios e à mistura de condenados por crimes graves e por infrações menores. O diagnóstico foi feito por debatedores e senadores que participaram ontem de audiência pública da Comissão Temporária de Reforma do Código Penal.

A reunião foi conduzida pelos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Pedro Taques (PDT-MT), relator do colegiado, que examina o projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012). Também participaram do encontro Magno Malta (PR-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Pimentel (PT-CE).

Ângelo Roncalli, ex-diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), ressaltou que o Brasil tem a quarta população carcerária do mundo, ficando atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia. Em número de crimes,



Roncalli alerta para o constante crescimento da população carcerária, ao lado de Taques, Aloysio, Fabiana e Pereira

o país ocupa a 20ª colocação, afirmou.

Segundo Roncalli, também ex-secretário de Justiça do estado do Espírito Santo, a população carcerária no Brasil cresceu 78% entre 2003 e 2012. No mesmo período, o crescimento populacional foi de 30%. Na avaliação dele, o sistema prisional não consegue acompanhar o número de prisões. Ele acrescentou que o déficit de vagas nas prisões é de mais de 250 mil, além de as prisões não terem condições de habitabilidade. Para ele, o

país precisa urgentemente da reforma do sistema prisional.

— Nas condições atuais, não há chance de recuperação e reinserção. A superlotação impede um tratamento penal adequado de recuperação — disse o ex-diretor do Depen, ressaltando que a taxa de reincidência criminal gira em torno de 70%, segundo o Ministério da Justiça.

Roncalli sugere o fortalecimento das políticas sociais, com foco na prevenção a crimes e no atendimento da população de maior risco e

vulnerabilidade econômica e social.

— Não dá para resolver todos os problemas com Direito Penal — disse.

Ele também defendeu maior atenção do Estado aos egressos penitenciários, pessoas que já cumpriram pena e buscam reinserção social. Na maior parte dos casos, o ex-detento encontra grandes dificuldades para arranjar emprego, observou o debatedor.

— Tem preso que pede para não sair do sistema, pois lá ele tem emprego — declarou.

Penas alternativas têm pouca verba, afirma promotora

A promotora Fabiana Costa Barreto, que integra grupo de trabalho do governo sobre o Sistema Nacional de Alternativas Penais, disse que o Brasil tem sistema prisional bilionário, enquanto programas de penas alternativas têm poucos recursos. Segundo ela, pesquisas mostram que a sociedade apoia alternativas penais.

Ela criticou o anteprojeto do Código Penal por instituir que o descumprimento das penas alternativas ocasione regressão para o regime semiaberto, enquanto a lei atual permite regressão para regime aberto. Segundo a promotora, endurecer a lei para reincidentes de maneira geral não é eficaz. Fabiana disse que a reincidência em furto é de 19% entre condenados que cumprem penas alternativas e de 40% a 60% entre os que cumprem penas restritivas de liberdade.

Em resposta a Taques, Fabiana informou que apenas nove tipos de crimes são responsáveis por 80% da população carcerária do país. Entre essas condutas, estão roubo, tráfico de entorpecentes, roubo qualificado, furto e outros crimes patrimoniais. Fabiana reafirmou que a proposta do novo Código Penal trata de maneira “muito severa” quem já tem alguma condenação.

Maioria dos presos sai pior, diz representante de ministério

O secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo de Castro Pereira, classificou como assustador o constante aumento da população carcerária. Segundo ele, além de custarem

caro ao contribuinte, os presídios são ambientes onde há constante violação dos direitos e nos quais não ocorre recuperação ou reeducação.

— A maioria acaba saindo pior. A reintegração social do

preso é inviável nesse sistema, a reincidência é muito alta.

Pereira defendeu redução de pena pelo estudo e a lei que prevê que fianças sejam fixadas pela realidade econômica do condenado.

Magno Malta aproveitou para defender a redução da maioria penal. Segundo ele, “homens travestidos de crianças” cometeram crimes trágicos nos últimos dias em São Paulo e no Espírito Santo.

Comissão analisa texto que define crime organizado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar hoje proposta que introduz na legislação brasileira o conceito de organização criminosa, além de estipular os meios de obtenção de prova e procedimentos para a investigação desse tipo de conduta. O texto em exame é o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 150/2006, da ex-senadora Serys Slhessarenko, devolvido ao Senado em dezembro.

A proposta adapta a legislação nacional aos termos da Convenção de Palermo, aprovada em assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) em novembro de 2000. Quatro anos depois a convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional e, a seguir, promulgada por decreto presidencial. Mais à frente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a eficácia das normas da convenção. Mesmo assim, a aplicação dela ainda vem gerando controvérsias, como ocorreu no julgamento da Ação Penal 470, a do



Relator, Braga resalta a necessidade de adequação da legislação nacional

mensalão. Para alguns juristas, a edição de normas sobre crimes e penas sempre depende de elaboração e aprovação prévia do Poder Legislativo.

O relator da proposta na CCJ, Eduardo Braga (PMDB-AM), destaca que a ratificação da convenção gerou um compromisso ainda pendente, a ser resolvido agora: a adequação da legislação nacional a seus termos “sob pena de responsabilização do Estado brasileiro no plano internacional”.

O relator observou que muitas vezes se perde a oportunidade de renovar a legislação

penal devido ao desencontro de opiniões entre as instituições que integram o sistema de Justiça Criminal. Para ele, porém, no caso houve amplo debate na Câmara, com total convergência entre as partes ouvidas — magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública, além da Polícia Federal e do Ministério da Justiça.

Assim, Braga preferiu manter integralmente o texto do substitutivo, sugerindo apenas uma emenda de redação para evitar qualquer tipo de “abuso” quanto ao acesso a dados protegidos por sigilo.

Pontos do substitutivo ao PLS 150/2006

▶ OBTENÇÃO DE PROVAS

Os meios listados para obtenção de prova do crime de participar de organização criminosa incluem a colaboração premiada; a escuta; o acesso a registros de ligações telefônicas e de e-mail; o grampo; a quebra de sigilo e a infiltração, por policiais, em atividade de investigação.

▶ INFILTRAÇÃO DE AGENTES

O texto dispõe que a infiltração de agentes nas organizações poderá ser autorizada pelo juiz apenas se a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis. O substitutivo da Câmara eliminou totalmente uma lista de crimes que os agentes não podiam praticar, pois isso permitiria à organização criminosa “criar rituais” para a identificação dos infiltrados. A redação da Câmara determina apenas que o agente responda por toda conduta excessiva e desproporcional aos objetivos da investigação.

▶ COLABORAÇÃO PREMIADA

São previstas condições especiais para favorecer resultados na investigação por meio da colaboração premiada. Pelo texto, o prazo para o Ministério Público oferecer a denúncia poderá ser suspenso por até seis meses com o objetivo de permitir o cumprimento de medidas decorrentes da colaboração, como a identificação de participantes, a recuperação do produto da ação criminosa ou a prevenção de crimes.

▶ AÇÃO CONTROLADA

O texto permite o que se chama de ação controlada, para permitir à polícia esperar o melhor momento para agir contra a organização criminosa.

▶ SIGILOS

O projeto estabelece meios mais rápidos de acesso aos números discados pelas pessoas de organizações criminosas investigadas, bem como aos dados sobre reservas e registro de viagens. As empresas de transporte e as concessionárias de telefonia manterão, por cinco anos, esses registros à disposição da polícia, do Ministério Público e do juiz. Quanto a dados como qualificação pessoal, filiação e endereço, eles poderão ser obtidos independentemente de autorização judicial das empresas de telefonia, das instituições financeiras, dos provedores de internet e das administradoras de cartão de crédito. Quanto ao crime de violação de sigilo nas investigações, a pena foi ajustada para equivaler ao que a legislação atual já dispõe sobre informações sigilosas e reservadas da administração pública, com pena de um a quatro anos de prisão e multa. O mesmo ajuste foi feito também no tipo que criminaliza a revelação de informações falsas ou falsa imputação de infração penal, sob pretexto de colaboração com a Justiça.

▶ FUNCIONÁRIO INVESTIGADO

Uma alteração feita pela Câmara determina que, na hipótese de afastamento cautelar de funcionário público investigado ou denunciado, a medida será realizada sem prejuízo do recebimento de salário.

Convidado pela CAE para avaliar o atual quadro econômico, Marcos Lisboa criticou política fiscal “folgada”, que gera imperfeições no ambiente econômico e reduz produtividade



Lisboa (E) defende reformas microeconômicas para atrair investimentos, em audiência coordenada por Lindbergh Farias

Economista não vê cenário de grande crescimento

O ECONOMISTA MARCOS LISBOA disse ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que não acredita numa melhoria do crescimento da economia brasileira nos próximos anos. Segundo ele, os indicadores de produtividade são frágeis e não parecem indicar capacidade de retomada de crescimento sustentável de 4,5% ao ano, por exemplo.

— Poderemos ter um ano pouco melhor, outro pouco pior. Não há nenhum grande problema à frente, mas também não há um grande cenário — analisou Lisboa.

Sobre a inflação, o economista ressaltou que a alta de preços tem impacto negativo principalmente nos grupos de menor renda, mas disse acreditar que será contida.

— O Banco Central está atuante para garantir que a inflação não continue elevada no próximo semestre — afirmou.

Doutor em Economia pela Universidade da Pensilvânia (EUA), Lisboa foi um dos formuladores das chamadas reformas microeconômicas no início do governo Luiz

Inácio Lula da Silva e, no debate de ontem, defendeu a continuidade delas. Segundo ele, trata-se de uma agenda difícil, técnica e com “pouco charme”, mas que pode facilitar os investimentos.

Estratégias

O economista dividiu os países da América do Sul em três grupos: os que combinam o estímulo à produtividade com políticas fiscal e monetária conservadoras, como Chile, Peru, Colômbia e México; os que adotam medidas de forte intervenção estatal na economia, com proteção de determinados setores produtivos, como Argentina, Venezuela e Equador; e os que optam por estratégias intermediárias, como o Brasil.

Os resultados, segundo Lisboa, mostram que os países do primeiro grupo estão conseguindo crescer de 4% a 5% ao ano, enquanto os do segundo grupo enfrentam a estagnação econômica e a volta da inflação. O Brasil, de acordo com o economista, assiste tardiamente a uma

recuperação “lenta e abaixo do esperado”.

Lisboa disse que o Brasil, diante da crise internacional que começou em 2008, adotou política fiscal “folgada”, tolerância com a inflação e medidas de intervenção localizada “que resgatam um pouco a tradicional abordagem desenvolvimentista” do 2º Plano Nacional de Desenvolvimento, do governo Geisel (1975-1979).

Diante das críticas à política fiscal do governo, o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), fez um contraponto. Segundo ele, o produto interno bruto (PIB) teria caído, e não crescido 0,9% no ano passado, se o governo tivesse realizado a meta cheia do superávit primário. Para Lindbergh, o Brasil vive a grande questão que aflige outros países: conciliar crescimento econômico e combate à inflação.

A audiência com Lisboa abriu um ciclo de debates para avaliar a solidez da política econômica brasileira, atendendo requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Senadores concordam sobre falta de medidas estruturais

A política de concessão de incentivos fiscais que vem sendo adotada pelo governo não trará resultados consistentes para o crescimento da economia, avaliam senadores que participaram do debate na CAE com o economista Marcos Lisboa. Há um consenso entre os parlamentares sobre a necessidade de medidas estruturais.

Cristovam Buarque disse que o governo está preso a políticas imediatistas e não vê que a economia moderna baseia-se na criação de produtos de alta tecnologia.

— Quando o governo dá uma isenção a um setor, não percebe que cria problemas para outros setores. Além disso, os incentivos de curto prazo não estimulam os grandes investimentos — criticou.

De acordo com Marcos Lisboa, as políticas setoriais desestimulam a eficiência de alguns setores produtivos. Questionado sobre o tema por Kátia Abreu (PSD-TO), o economista afirmou que o setor do agronegócio caminhou no sentido oposto, investindo em tecnologia, o que proporcionou às commodities

agrícolas um aumento de produtividade.

Também refratário a medidas pontuais, José Agripino (DEM-RN) defendeu a reforma tributária como condição para a retomada do crescimento. Pedro Taques (PDT-MT) avalia que o quadro de baixo crescimento econômico se deve à demora do governo em fazer reformas microeconômicas e em mexer na taxa de juros.

— Cabe ao Congresso debater esse tema e cobrar do governo uma ação firme. E ao governo, por sua vez, cabe a tarefa de gastar menos — recomendou Taques.

Armando Monteiro (PTB-PE) concordou com o economista e disse que o governo “afrouxa a política fiscal”.

Eduardo Suplicy classificou as declarações de Marcos Lisboa de “pessimistas”. Na opinião do senador, a expectativa de crescimento do país para o segundo semestre de 2013 e para o ano de 2014 é positiva.

— As previsões de Lisboa vão ser superadas com as medidas que o governo já está tomando — assegurou.



Plenário da CAE durante audiência sobre os rumos da política econômica

Para Cyro, rumos da economia brasileira estão equivocados



Cyro Miranda (PSDB-GO) citou notícias que apontam para um “cenário sombrio” para a economia brasileira.

Ele relacionou o aumento da inflação, a desvalorização do real, o declínio da confiança dos investidores e o baixo crescimento à queda da popularidade de Dilma Rousseff. Cyro disse que o governo deve analisar as razões que levaram a Standard & Poor's a rever a perspectiva da economia brasileira de estável para negativa.

— Talvez entendam que a forma como a economia está sendo conduzida levará o país a jogar por terra o esforço de duas décadas no sentido da estabilização.

Caminhoneiros movimentam renda de Itabaiana, diz Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) falou ontem sobre a importância dos caminhoneiros para a economia de Itabaiana (SE). A cidade abastece outros municípios com frutas, verduras e cereais, disse.

— Existe hoje em Itabaiana, em média, um caminhão para cada nove habitantes. A maior renda da nossa cidade vem dos fretes de caminhões.

Amorim defendeu a urgência na aprovação de duas propostas de sua autoria: o PLS 10/2013, que dá a Itabaiana o título de Capital Nacional do Caminhão, e o PLS 407/2012, que torna obrigatória a avaliação anual de saúde para transportadores autônomos de cargas.

Mozarildo relembra história de Roraima e comemora avanços

A criação do território do Rio Branco, em 1943, que daria origem ao estado de Roraima, foi destacada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele lembrou que o então presidente Getúlio Vargas desmembrou o território do estado do Amazonas por decreto, criando o território federal do Rio Branco. Roraima foi transformada em estado em 1988.

— Graças a essa visão de Getúlio Vargas, nós deixamos de ser, digamos assim, um rincão esquecido do estado do Amazonas para nos transformar numa unidade da Federação. No dia 20, se fosse ainda território, iria completar 70 anos o estado de Roraima — disse.

Viana e Anibal defendem permanência de servidores públicos estaduais do Acre

Jorge Viana (PT-AC) e Anibal Diniz (PT-AC) defenderam ontem, em discursos no Plenário, a permanência de 11 mil servidores estaduais do Acre, contratados sem concurso e ameaçados de demissão após o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar inconstitucional a proposta de emenda à Constituição estadual que garantia a permanência deles. Com a transformação do território do Acre em estado, houve um aumento de atribuições legais, o que provocou a contratação de servidores por governos passados.

Ex-governador do Acre, Jorge Viana cobrou uma “solução de bom senso e sensibilidade” do tribunal.

— Os ministros do STF precisam ter um olhar para a realidade. Não pedimos medida fora da lei.

Anibal disse que a bancada federal do Acre está empenhada em buscar uma solução. Ele contou que os três senadores e oito deputados do estado se reuniram ontem com os ministros Cármen Lúcia e Marco Aurélio Mello, do STF, com o objetivo de sensibilizá-los para que não ocorra demissão, mas uma “modulação” que minimize os efeitos da decisão na economia do Acre.

Em 2005, Viana, então governador do Acre, recebeu a primeira orientação para a demissão, mas apelou na Justiça para manter os servidores.

Ana Amélia defende ação complementar entre polícia e MP

Em pronunciamento ontem, Ana Amélia (PP-RS) se disse contrária à aprovação da PEC 37/2011, que prevê exclusividade das Polícias Federal e Civil na investigação criminal. Para ela, a incapacidade do poder público de conter a violência no país é motivo suficiente para impedir a aprovação do texto, que deve ser votado no final do mês pela Câmara.

— Se a PEC 37 for aprovada a sociedade vai ficar desprotegida — alertou a senadora.

Ela relatou ter participado de reuniões com integrantes do Ministério Público que apresentaram dados indicando a sobrecarga das autoridades policiais nas investigações. Para Ana Amélia, a atuação do Ministério Público nas investigações ajuda a amenizar o excesso de trabalho da polícia.

Como exemplo, a senadora citou o caso da adulteração de leite com formol, ocorrido no Rio Grande do Sul. Para ela, a atuação do Ministério Público foi fundamental para que a população tivesse uma resposta, assim como ocorreu no caso do mensalão.

Jucá protesta contra suspensão de obra de energia em Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) criticou recomendação do Ministério Público (MP) para que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Ibama paralisassem as obras da linha de transmissão de energia entre Manaus e Boa Vista. O órgão alega que a licitação foi iniciada sem consulta aos índios uaimiris, cujo território seria cortado.

O senador pediu a atenção do governo federal e lembrou que a Eletronorte tenta, há mais de um ano, autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) para entrar na área dos índios e promover a audiência, exigência para o licenciamento ambiental.

— Parece até que o Ministério Público e a Funai atuam para barrar o desenvolvimento do estado de Roraima — protestou o parlamentar.



Para Jucá, Ministério Público e Funai atuam contra o estado

Plenário autoriza governo federal a contratar empréstimo para programa de combate à corrupção, da Controladoria-Geral da União; com a contrapartida do governo, total previsto é de R\$ 64,2 milhões



Dornelles (ao lado de Mazarildo) foi relator da proposta: empréstimo vai integrar verba de R\$ 64,2 milhões de programa

Programa anticorrupção terá R\$ 38,5 milhões do BID

O PLENÁRIO DO Senado aprovou a autorização para que a União obtenha empréstimo de US\$ 18 milhões (R\$ 38,5 milhões) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para fortalecer o Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine).

A iniciativa aumenta a capacidade institucional da Controladoria-Geral da União (CGU) no combate ao desvio de recursos públicos.

De acordo com o relator do texto (PRS 36/2013), Francisco Dornelles (PP-RJ), estão previstos gastos totais de

US\$ 30 milhões (R\$ 64,2 milhões) — além do empréstimo, o programa contará com US\$ 12 milhões (R\$ 25,7 milhões) do Tesouro Nacional.

A autorização para o empréstimo havia sido aprovada horas antes pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto agora vai para a promulgação.

— Acho que todos os recursos dirigidos à modernização da administração pública, para que tenha maior eficiência em seus setores, são positivos. É uma operação de juros baixos e prazo longo. É recurso que entra na hora em que Brasil está precisando de

recursos externos — afirmou o parlamentar após a votação na CAE.

Os parâmetros financeiros do empréstimo são os mesmos adotados tradicionalmente pelo BID, o que, segundo Dornelles, significa “condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas domésticas ou internacionais”.

Saúde

O Plenário também aprovou ontem a prorrogação por mais 90 dias dos trabalhos da comissão que discute desde março o financiamento da saúde. (com Agência Brasil)

Banco andino emprestará US\$ 112 milhões ao governo cearense

O Plenário aprovou um empréstimo de US\$ 112 milhões (cerca de R\$ 240 milhões) para o Ceará, que consta da Mensagem 44/2013. O dinheiro será oferecido pela Corporação Andina de Fomento (CAF) e financiará parte do Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste.

O programa promove o desenvolvimento econômico, social e turístico em 12 municípios costeiros do Ceará.

Segundo José Pimentel (PT-CE) a operação de crédito vai beneficiar uma região com forte apelo turístico, onde está a Praia de Jericoacoara, conhecida internacionalmente. A proposta foi relatada por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Mais transparência nas negociações do futebol

A fim de tornar mais clara a participação de empresários e outros investidores nas negociações de jogadores de futebol, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem um projeto de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que obriga os clubes a apresentar a lista de empresas que tenham direito a receber parte da cláusula indenizatória desportiva (PLS 428/2012).

A indenização é paga quando o contrato é rescindido antes do tempo, com a transferência do atleta para outro clube durante a vigência do contrato ou então com o retorno do atleta às atividades profissionais em

outro clube, no prazo de até 30 meses.

O texto propõe que os clubes apresentem a lista de investidores que tenham direito a parcelas da cláusula indenizatória no momento em que o atleta é registrado em uma federação ou confederação. Caso contrário, o clube fica impedido de receber recursos públicos ou fazer jus a programas de recuperação econômico-financeiros.

A proposta deve ajudar ainda a sanear as dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos clubes, com a obrigação da utilização de pelo menos 10% da cláusula indenizatória para a quitação das dívidas.

Segundo Vital, a participação de empresas e investidores tem se tornado corriqueira. Eles “compram” parte dos direitos econômicos e lucram com eventuais negociações dos jogadores.

O senador afirmou que aos investidores interessa a negociação do atleta antes do término do contrato, o que depende da anuência do profissional. Assim, a pressão da negociação entre clubes passa a recair sobre o jogador.

A relatora na CE, Lídice da Mata (PSB-BA), recomendou a aprovação. A proposta será votada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Alvaro Dias aponta irregularidades no Bolsa Família

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o Programa Bolsa Família tem a eficiência e a lisura comprometidas devido a problemas organizacionais e à corrupção. Ele citou notícia do portal UOL que apontou, com dados da Controladoria-Geral da União (CGU), parentes de autoridades, servidores, empresários e até pessoas falecidas recebendo o benefício.

— É esse o programa que o PT usa como mote da sua popularidade, como o esteio maior da sua gestão. É um programa que apresenta um festival de irregularidades.

Segundo ele, mais de 5 mil benefícios são pagos a pessoas com renda superior ao estabelecido pelo programa.

— A corrupção, lamentavelmente, instalou-se em todos os órgãos da administração federal — criticou.



Senador cita dados da CGU para mostrar casos de corrupção

Mário Couto volta a denunciar corrupção no Detran do Pará

Mário Couto (PSDB-PA) apresentou dados “de arrepiar os cabelos” enviados pelo Departamento de Trânsito (Detran) do Pará que, para ele, confirmam as denúncias de desvio de verbas para a família de Jader Barbalho (PMDB-PA).

— É comprovado com documentos que não podem dizer que são falsos como faz aquele jornaleco, o *Diário do Pará*. São documentos pedidos por mim e encaminhados pelo Detran.

Segundo o senador, durante a campanha eleitoral de 2010, empresas ligadas a Barbalho receberam valores indevidos. Couto também elogiou a postura do governador Simão Jatene contra o crime no estado e chamou a atenção do Ministério Público e do presidente do STF, Joaquim Barbosa, para que tomem providências.



Mário Couto mostrou documentos que comprovariam denúncias

Denúncia suspende análise de concessão de rádio FM

Segundo jornal, sócia de empresa que venceu disputa por serviço de radiodifusão no RS é cabeleireira em SP; relator do projeto de outorga diz que não é a primeira vez que se denuncia uso de laranjas

UMA DENÚNCIA CONTRA a empresa Ursa Maior impediu ontem a aprovação, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), do projeto para outorga de serviços de rádio FM em Arroio dos Ratos (RS). Segundo denúncia enviada ao Senado em 2012, a empresa está usando laranjas para conseguir o direito de explorar o serviço de rádio.

O relator do projeto (PDS 476/2012), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), pediu que a análise do texto fique suspensa até que se obtenham informações do Ministério das Comunicações. O senador fez um requerimento ao ministério em que questiona se o órgão recebeu ou investigou alguma denúncia contra a Ursa Maior antes de homologar o resultado da licitação vencida pela empresa.

Segundo o relator, em 19 de dezembro de 2012, o advogado André Barroso Ferraz denunciou ao Senado que um parecer do Ministério das



Relator do projeto, Flexa pediu informações ao Ministério das Comunicações

Comunicações recomendava uma investigação policial sobre os sócios da Ursa Maior.

Cabeleireira

O pedido de Flexa foi fundamentado em reportagem da *Folha de S.Paulo*. O jornal afirmou que uma das sócias da empresa é uma cabeleireira em Itapeverica da Serra (SP), embora a outorga do serviço de radiodifusão seja para o Rio Grande do Sul. Segundo a reportagem, a empresa teria de liquidar mais de R\$ 8 milhões referentes ao pagamento pelo

direito de exploração de três outorgas de radiodifusão.

Ainda de acordo com o jornal, outra pessoa com mesmo sobrenome da sócia suspeita está respondendo pelos crimes de tráfico de drogas e porte ilegal de armas e é sócia de uma empresa vencedora de nove outorgas de rádio.

De acordo com Flexa, não é a primeira vez que a CCT recebe denúncias e procura controlar a prática de se utilizarem laranjas para os pedidos de outorga de serviços de radiodifusão.

Comissão fará audiência sobre falha de programa de banda larga

A CCT realizará uma audiência pública com os presidentes da Telebras, Caio Bonilha, e da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações, Basílio

Perez, para tratar da ineficiência do Programa Nacional de Banda Larga. A data ainda será marcada. A proposta de audiência foi feita por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Senadores debaterão técnica de extração de gás usada nos EUA

A CCT fará uma audiência para analisar os impactos econômicos e ambientais da exploração de gás natural nos Estados Unidos pelo sistema de fraturamento (*fracking*).

Segundo Luiz Henrique (PMDB-SC), que sugeriu o debate, a extração de gás de xisto é feita nos EUA a um custo 80% menor que no Brasil.

— Isso pode agravar o problema de competitividade da

indústria nacional — disse, apontando riscos ambientais do sistema, que é feito pela injeção de bilhões de litros de água misturada a produtos químicos a grande profundidade.

Serão convidados integrantes dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Petrobras; do Instituto Brasileiro de Petróleo; e da Agência Nacional do Petróleo.

Presidente da Caixa explicará corrida pelo Bolsa Família

O presidente da Caixa, Jorge Hereda, será convidado a explicar à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização (CMA) os motivos que levaram ao saque em massa de benefícios do Bolsa Família, em maio. A proposta foi de Aloysio Nunes (PSDB-SP).

Ganha apoio presença de Taiwan em encontro da ONU

A CMA aprovou requerimento de Eduardo Amorim (PSC-SE) propondo apoio para que Taiwan seja observador permanente na Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas.

Dornelles sugere desoneração tributária para reduzir custos no setor de aviação

Diagnósticos indicam a necessidade de iniciativas do setor público para a desoneração do setor aeroviário, disse Francisco Dornelles (PP-RJ).

Com base em estudo da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata, na sigla em inglês), o senador informou que o setor de aviação contribui com 1% do PIB brasileiro e gera 1,2 milhão de empregos.

No entanto, disse, o setor aéreo precisa superar desafios como as carências na infraestrutura. Dornelles registrou que o combustível brasileiro é cerca de 30% mais

caro que a média mundial.

Para ele, os resultados negativos de empresas aéreas brasileiras no ano passado reforçam a importância de ações integradas para fortalecer o setor.

Na visão de Dornelles, a concessão dos Aeroportos de Brasília, Viracopos e Guarulhos aponta para “um caminho certo”. O senador disse, no entanto, que ainda permanece a necessidade de um esforço conjunto entre o poder público, operadores aéreos e administradores dos aeroportos para a redução de custos no setor.

Rolleberg registra construção de parque científico e tecnológico

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) comemorou em Plenário o lançamento das obras do Parque Científico e Tecnológico da Universidade de Brasília (PCTec-UnB). Segundo o senador, no PCTec-UnB serão desenvolvidas atividades de pesquisa nas áreas de biotecnologia, tecnologia de informação e comunicação, tecnologia biomédica, energia, nanotecnologia, fármacos e medicamentos, tecnologias ambientais, tecnologias de educação e tecnologias sociais.



Distrito Federal será um novo polo de desenvolvimento, diz Rolleberg

Para o senador, a articulação de entidades de ensino e pesquisa do Distrito Federal deverá transformar a região num polo de desenvolvimento científico e tecnológico que deverá ajudar na capacitação de gestores, na qualidade do ensino e na agregação de valor à produção local.

Casildo propõe inclusão de pequenas vinícolas no Simples

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a redução da carga tributária incidente sobre os vinhos produzidos por pequenas vinícolas. Ele destacou o sucesso do setor em Santa Catarina e lamentou as dificuldades dos empresários que não têm acesso ao Simples Nacional, sistema simplificado de arrecadação de tributos.

— A carga que castiga de forma implacável empreendedores de qualquer setor da economia brasileira é particularmente cruel com os produtores de vinhos. O



Senador diz que carga tributária castiga pequeno produtor de vinho

consumidor que se depara com uma garrafa no supermercado deve saber que, do valor total do produto, 65% são impostos, tributos e taxas.

Segundo Casildo, mesmo tendo produções pequenas, os vinicultores pagam impostos “de gente grande”, o que torna a atividade extremamente onerosa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Aprovado o Dia Nacional da Doação de Cordão Umbilical: 8 de outubro

Segue para a Câmara projeto do Senado que estimula a prática para compensar baixo número de transplantes de medula óssea no país

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) confirmou ontem que 8 de outubro será anualmente celebrado como Dia Nacional da Doação de Cordão Umbilical. O objetivo é estimular a doação de cordões umbilicais, para complementar o baixo número de transplantes de medula

óssea. A proposta segue agora para votação na Câmara dos Deputados.

O texto aprovado em turno suplementar foi substitutivo a projeto (PLS 299/2010) de Inácio Arruda (PCdoB-CE), que originalmente instituiu a Semana Nacional da Doação de Cordão Umbilical. Após

consulta ao Ministério da Saúde, o relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), se convenceu de que apenas um dia seria estratégia mais eficiente de mobilização.

Inácio argumenta que cerca de 2.500 pessoas ao ano precisam de transplante de medula óssea. Desse contingente,

1.400 não encontram doador com laços de parentesco e compatibilidade genética. O autor observou que o uso do sangue do cordão umbilical, rico em células-tronco, pode substituir a medula óssea, o que aumenta a disponibilidade de doadores e reduz o custo do transplante.



Senadora Ana Amélia preside reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes: objetivo é contribuir para aumentar número de transplantes de medula óssea

Indicado para diretoria da Anvisa vai a sabatina hoje

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sabatina hoje Ivo Bucarecky, indicado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O cargo está vago desde a saída do atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, em 2011. A administração da Anvisa é feita por uma diretoria colegiada

com cinco membros, dos quais um na função de diretor-presidente, exercida atualmente por Dirceu Barbano.

Há dois anos, a agência está deliberando sem dois diretores. Para serem nomeados, os dirigentes devem ser sabatinados e aprovados pelo Senado, em votação secreta.

Bucarecky é carioca, tem 44

anos e é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Desde abril de 2011, ocupa o cargo de secretário-executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, órgão interministerial integrado pela

Anvisa. Na CAS, a indicação de Bucarecky é relatada por Waldemir Moka (PMDB-MS), que deu parecer favorável.

A sabatina ocorrerá na segunda parte da reunião da comissão, no Plenário 9 da Ala Alexandre Costa. Na primeira parte, que terá início às 9h, os senadores votarão os projetos da pauta do colegiado.

Audiência sobre validação de diplomas no Mercosul

O reconhecimento e a validação de diplomas de curso superior no âmbito do Mercosul serão debatidos em audiência da Comissão de Educação (CE). A discussão foi proposta por Paulo Paim (PT-RS) e aprovada na reunião de ontem.

— É um tema tabu, meio polêmico, e vai envolver tanto o diploma obtido por aluno brasileiro no exterior quanto por aluno estrangeiro no Brasil — explicou Paim.

O debate deverá ser ampliado por sugestão de Kátia Abreu (PSD-TO). Paim concordou com a proposta da senadora de também discutir, na audiência a ser marcada, a transferência de alunos de instituições de

ensino do Mercosul durante o curso universitário.

Foram convidados para o evento a senadora do Paraguai Mirtha Palacios Melgarejo, representante do Mercosul; o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB-PE), autor de projeto de lei (PL 1.981/2011) que estabelece critérios para admissão de títulos universitários no âmbito do Mercosul; o presidente da Associação de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior, Vicente Celestino de França; a presidente da União Nacional dos Estudantes, Virgínia Barros; além de representantes do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

Adiada análise de texto que transfere feriado para sexta

A Comissão de Educação e Cultura (CE) adiou novamente a votação de projeto de lei da Câmara (PLC 108/2009) que transfere para as sextas-feiras as comemorações dos feriados nacionais que caírem nos demais dias da semana. O projeto estava na pauta de ontem da CE.

Ficariam fora da nova regra, conforme o texto original, os feriados que ocorressem no sábado ou no domingo e os dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência do Brasil) e 25 de dezembro (Natal). O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) propõe, em emenda, que os feriados de 12 de outubro (Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil) e do dia de Corpus Christi (tradicionalmente celebrado em uma quinta-feira) também continuem a ser celebrados nas datas originais.

O PLC 108/2009 tramita em conjunto com o PLC 296/2009, que, em vez de adiar para a sexta-feira, antecipa para a segunda-feira as comemorações dos feriados nacionais que caírem entre terça e sexta-feira. Esse projeto recebeu voto pela rejeição do relator, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).



Cássio Cunha Lima é relator do texto na Comissão de Educação e Cultura

Gurgacz quer amenizar falta de médicos

Acir Gurgacz (PDT-RO) apresentou duas sugestões para amenizar a falta de médicos em cidades do interior. Uma das medidas é a reabertura, pelo governo federal, do Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica (Provab), aumentando o valor da bolsa para médicos que quiserem atuar no interior. A bolsa, disse o senador, vale hoje R\$ 8 mil.

Outra sugestão é apressar o processo de revalidação do diploma de quem cursou Medicina no exterior. Gurgacz registrou que 3 mil rondonienses estudam Medicina na Bolívia e outros 500 tentam revalidação do diploma. São mais de 20 mil brasileiros estudando Medicina em outros países e 5 mil esperando reconhecimento do diploma.



Senador sugere bolsa maior para médicos que atuarem no interior

Paim propõe curso de Medicina no interior gaúcho

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a implantação do curso de Medicina na Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (Unijuí), em Ijuí (RS). Ele explicou que professores reivindicam o curso devido à escassez de médicos.

— A região dispõe de menos de 1 médico para cada 1.000 habitantes, enquanto a média do estado gaúcho é de 2,31 médicos por 1.000 habitantes — alertou.

Paim observou que, diferentemente de iniciativas que exigem construções com altos custos, a Unijuí utilizará estrutura já instalada. Ele lembrou que a melhoria do atendimento passa pela formação de profissionais e pediu ao Ministério da Educação que inclua o oeste do estado no edital para ampliação dos cursos de Medicina.



Melhoria do atendimento passa por formação, segundo Paim



Autora da proposta, Vanessa Grazziotin (C) quer valorizar a marca Amazônia; emenda de Aloysio Nunes (D) foi rejeitada

Avança projeto de incentivo a cosméticos da Amazônia

Segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos proposta que pretende estimular as indústrias da região com verba para pesquisa e isenção de PIS-Pasep e Cofins, além de inibir imitações

PROJETO QUE ESPECIFICA produtos que poderão receber a denominação de biocosméticos amazônicos (PLS 426/2011) foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O texto também institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre a fabricação de biocosmético amazônico (Cide-Biocosméticos) e prevê incentivos fiscais para indústrias instaladas na região, gerando empregos. O texto segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), visa regular a extração de matéria-prima amazônica para cosméticos, estimular o desenvolvimento científico e tecnológico e inibir imitações que se apropriem do apelo mercadológico da

biodiversidade da região amazônica. O relator, Jorge Viana (PT-AC), deu voto favorável.

Para um produto ser identificado como biocosmético amazônico, segundo o texto, a matéria-prima proveniente da fauna e flora da Amazônia deve representar pelo menos 10% do custo total das substâncias usadas na fórmula. A descrição da matéria-prima e as concentrações empregadas devem constar do rótulo.

Pesquisas

Vanessa sugere que a arrecadação da Cide-Biocosméticos seja destinada exclusivamente ao Fundo Amazônia, criado para financiar pesquisas para as indústrias de cosméticos na região. Ela propõe que a alíquota da Cide-Biocosméticos seja de 1% sobre o preço de venda dos produtos, menos ICMS, PIS-Pasep e Cofins.

— Esse projeto cria mecanismos para valorizar e reconhecer a marca Amazônia e cria um fundo para que possamos seguir na busca do desenvolvimento produtivo, com inclusão social, a partir do uso sustentável da nossa riqueza natural — afirmou a autora.

A Cide-Biocosméticos não incidirá sobre a exportação dos produtos. Além disso, o projeto zera as alíquotas de PIS-Pasep e Cofins para as indústrias de cosméticos que se instalarem na região amazônica.

Viana rejeitou emenda apresentada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que propunha isenção de PIS-Pasep e Cofins para biocosméticos amazônicos fabricados em todo o território nacional, e não apenas na Amazônia, como prevê o projeto de Vanessa.

Comissão aprova estímulo a agrotóxicos de baixa periculosidade

Incentivo a pesquisas, produção e uso de defensivos agrícolas não sintéticos e de origem natural no controle de pragas (PLS 679/2011) foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A proposta, aprovada na forma de um substitutivo, institui a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade.

A autora do projeto, Ana Rita (PT-ES), explica que, após constatar a baixa utilização de recursos naturais no combate a pragas no Brasil, decidiu propor linhas de crédito com juros mais baixos para atender produtores rurais que utilizarem agrotóxicos não sintéticos.

Ivo Cassol (PP-RO), relator,

foi quem apresentou o substitutivo. Ele fez adequações e incorporou alterações aprovadas pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), com objetivos mais específicos e melhor caracterização dos agrotóxicos.

— Tais mudanças são também requeridas pelos países importadores, cada vez mais exigentes em relação à qualidade dos alimentos — afirmou Cassol.

O projeto vai agora para votação final na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Se aprovado e não houver recurso para votação pelo Plenário, a proposta poderá seguir diretamente para análise da Câmara dos Deputados.



Substitutivo que passou na CCT foi apresentado pelo relator, Ivo Cassol (D)

Cancelada votação de medida provisória para auxílio a atingidos pela seca no Nordeste

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 610/2013, que garante socorro a produtores rurais atingidos pela seca no Nordeste, cancelou ontem a votação do parecer do relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE). A reunião ainda não foi remarcada.

A MP autoriza o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra para o período 2011-2012 e a doação de milho aos governos estaduais em 2013. E amplia de R\$ 720 para até R\$ 800 por família o auxílio emergencial para desastres ocorridos em 2012.

Segundo Vanessa, Costa Rica é exemplo em política ambiental

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) citou a reunião de parlamentares de vários países na Alemanha para discutir o “capital natural” — os recursos naturais de cada país para o desenvolvimento de uma economia global sustentável.

O encontro foi realizado pela Globe International, organização de parlamentares que apoia o debate das questões ambientais e a tomada de decisões.

A senadora citou a Costa Rica, onde há alguns anos existe uma legislação que estabelece o pagamento pela prestação de serviços ambientais, como bom exemplo na relação com a natureza.

Ela lembrou que desde 2007 tramita no Brasil um projeto de lei elaborado pelo deputado Anselmo de Jesus (PT-RO) sobre o assunto, além de uma proposta do próprio governo federal.



Ângela Portela, que citou trechos da lei que protegem a Amazônia

Ângela lembra 1º ano de vigência do novo Código Florestal

Ângela Portela (PT-RR) comemorou o primeiro aniversário de vigência do novo Código Florestal, em 25 de maio.

A senadora citou uma emenda de autoria dela, incorporada à lei, que reduziu de 80% para 35% a área destinada a reserva legal nas regiões com vegetação de Cerrado em Roraima.

— Nossa proposta visava, sim, promover o desenvolvimento de nosso estado, porém sem causar prejuízos à natureza da Amazônia Legal, cujo percentual de 80% da área a se preservar mantém-se em vigor para os demais estados da região.

Lídice da Mata cobra política nacional de armazenagem

Lídice da Mata (PSB-BA) cobrou ontem a definição de uma política nacional de armazenagem. Segundo a senadora, a capacidade estática de armazenagem no Brasil é da ordem de 145 milhões de toneladas, o que representa déficit de 35%.

— Chegamos a um estágio em que os gargalos no escoamento da produção começam a criar obstáculos ao desenvolvimento do setor.

Lídice comemorou o anúncio de investimento na construção de novos armazéns, feito na última semana durante o lançamento do Plano Safra.



Para Lídice, gargalos podem comprometer desenvolvimento



Senador afirma que os índios nunca foram recebidos pela presidente Dilma

Governo do PT retrocede na questão indígena, diz Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que a presidente Dilma Rousseff retrocedeu no tratamento da questão indígena em relação aos governos Sarney (1985-1990), Fernando Henrique (1995-2002) e Lula (2003-2010). Ele lamentou que lideranças indígenas venham a Brasília e não sejam recebidas no Palácio do Planalto, enquanto representantes do agronegócio tornam-se “figurinhas carimbadas” nos eventos oficiais.

— De todos os governos desde a redemocratização, este foi o único que não recebeu os índios — criticou o senador.

Kátia Abreu: “Produtores precisam de paz para trabalhar”

Em discurso ontem no Plenário, Kátia Abreu (PSD-TO) reivindicou segurança jurídica para os produtores rurais. A parlamentar cobrou uma posição do ministro da Justiça sobre a suspensão da reintegração de posse das fazendas em Sidrolândia (MS). A parlamentar ainda questionou laudo antropológico da Funai e reagiu ao discurso de Roberto Requião (PMDB-PR), que se referiu aos proprietários de terras de Mato Grosso do Sul como “elite fazendeira”.

— Os produtores merecem respeito e não preconceito — protestou.



Senadora pede intervenção de ministério para reintegrações em MS